

N.º

NIPG

Data

EVENTOS ORGANIZADOS NO MUNICÍPIO DE SANTA CRUZ COMÉRCIO NÃO SEDENTÁRIO EM EVENTOS

1. Identificação do/a requerente

Nome/Nome da entidade*

NIF/NIPC*

Cartão de Cidadão/Passaporte*

Validade*

Morada*

Código-postal*

Freguesia*

Concelho*

Telefone ⁽¹⁾

Telemóvel ⁽¹⁾

Correio eletrónico ⁽¹⁾

Nome do/a representante legal*

Na qualidade de* ⁽²⁾

Cartão de Cidadão/Passaporte*

Validade*

* Campos de preenchimento obrigatório.

⁽¹⁾ Preencher todos os campos para os quais autoriza ser contactado/a no âmbito deste processo.

⁽²⁾ Indicar a titularidade do direito que lhe confere legitimidade para iniciar o procedimento administrativo ou intervir nele.

2. Evento

Nome do evento

Data de início

Data de fim

Local do evento

3. Tipo de ocupação

Público

Privado

4. Tipo de instalação ⁽³⁾

- Mercado** Atividade de venda de bebidas e/ou comidas rápidas; sem braseiro; sem esplanada; no interior do Mercado.
- Restaurante** Atividade de venda de bebidas e/ou comidas; com braseiro; com esplanada; com outros equipamentos.
- Bebidas e Comidas Rápidas** Atividade de venda de bebidas e/ou comidas rápidas; sem braseiro; sem esplanada.
- Outro/a Vendedor/a** Atividade de venda de doçarias, produtos agrícolas, brinquedos, entre outros.
- Mercadinho** Atividade de venda de produtos artesanais de autor.
- Associação** Atividade de venda de bebidas e/ou comidas rápidas; sem braseiro; sem esplanada.

⁽³⁾ Preencher em caso de ocupação de espaço público.



5. Características da instalação

Denominação da instalação (se aplicável)

Produtos a comercializar

Dimensão da instalação

Comprimento

Largura

Área

Se respondeu **Restaurante**, quais os equipamentos que possui e quais as suas dimensões?

Braseiro

Comprimento

Largura

Área

Esplanada

Comprimento

Largura

Área

Outro

Comprimento

Largura

Área

Se respondeu **Mercadinho**, quantos e quais os dias irá comercializar os seus produtos?

N.º de dias

Domingo

Segunda

Terça

Quarta

Quinta

Sexta

Sábado

6. Serviços técnicos

Energia elétrica

(Declaração para Empresa de Eletricidade da Madeira)

Sim

Não

Venda de bebidas alcoólicas

(Dinamização Local)

Sim

Não

7. Documentos instrutórios

Mercados | Restaurantes | Bebidas e Comidas Rápidas | Outros/as Vendedores/as | Mercadinhos

Cartão de Cidadão ou Bilhete de Identidade ou Passaporte do/a requerente (aplicável a pessoa singular);

Cartão de Cidadão ou Bilhete de Identidade ou Passaporte do/a representante legal (aplicável a pessoa coletiva);

Cartão de Identificação de Pessoa Singular (NIF) do/a requerente (aplicável a pessoa singular);

Cartão de Identificação de Pessoa Coletiva (NIPC) da entidade (aplicável a pessoa coletiva);

Documento comprovativo da qualidade de representante legal (aplicável a pessoa coletiva);

Declaração de início de atividade (se aplicável);

Croqui, desenho ou fotografia da instalação ou de outro equipamento a instalar no local, com indicação das respetivas dimensões;

Documento comprovativo da não oposição à utilização para instalação do recinto, por parte do/a respetivo/a proprietário/a, com assinatura reconhecida por Notário ou advogado (se aplicável).

Associação ⁽⁴⁾

Cartão de Cidadão ou Bilhete de Identidade ou Passaporte do/a representante legal;

Cartão de Identificação de Pessoa Coletiva (NIPC) da entidade;

Documento comprovativo da qualidade de representante legal;

Ata da Assembleia Geral, que aprova a eleição dos corpos dirigentes;

Documento comprovativo do Diário da República, onde conste a publicação dos estatutos (se aplicável);

Declaração de utilidade pública (se aplicável);

Croqui, desenho ou fotografia da instalação.

⁽⁴⁾ Caso a associação tenha entregue os documentos solicitados, nos últimos 12 meses, no âmbito do Movimento Associativo, não necessita entregar os mesmos. A situação deve ser verificada pelo Atendimento.



Requerente/Representante legal

Declaro, sob compromisso de honra e consciente de incorrer em eventual responsabilidade penal, caso preste falsas declarações, que os dados constantes do presente requerimento correspondem à verdade.

Tomei conhecimento da Política de Privacidade e aceito inequivocamente que os meus dados, acima referidos, sejam tratados pelo Município de Santa Cruz, para a gestão do processo.

Pede deferimento,

O/A requerente/representante legal

Atendimento

Informação

O/A funcionário/a

Dinamização Local

Órgão executivo

Informação

Parecer

Despacho

Deferido

Indeferido

Deferido

Indeferido

Deferido

Indeferido

Data

Data

Data

O/A funcionário/a

O/A chefe de divisão

O membro do órgão executivo

Preços e Taxas

Mercado Municipal

Restaurante

Bebidas e Comidas Rápidas

Outro/a Vendedor/a

Associações

Taxa 98 Emissão de licença de venda ambulante em terreno particular (sem ocupação da via pública)

Legislação aplicável

- Normativo da Noite do Mercado em Santa Cruz, aprovado em Reunião de Câmara, a 17 de novembro de 2022.
- Regulamento sobre a Organização e Funcionamento do Mercado Municipal, Apêndice n.º 160, II Série, N.º 284, de 10 de dezembro de 1998.
- Regulamento n.º 653/2011, de 30 de dezembro, Regulamento de Taxas Municipais do Município de Santa Cruz.
- Decreto-Lei n.º 433/82, de 27 de outubro, Ilícito de Mera Ordenação Social, na sua redação atual.
- Decreto-Lei n.º 135/99, de 22 de abril, Medidas de Modernização Administrativa.
- Decreto-Lei n.º 309/2002, de 16 de dezembro, que regula a instalação e o financiamento de recintos de espetáculos, no âmbito das competências das Câmaras Municipais.



- Decreto-Lei n.º 310/2002, de 18 de dezembro, Licenciamento e fiscalização pelas Câmaras Municipais de atividades cometidas aos governos civis.
- Decreto-Lei n.º 9/2007, de 17 de janeiro, Regulamento Geral do Ruído.
- Decreto-Lei n.º 268/2009, de 29 de setembro, que estabelece o regime do licenciamento dos recintos itinerantes e improvisados, bem como as normas técnicas e de segurança aplicáveis à instalação e funcionamento dos equipamentos de diversão instalados nesses recintos, e procede à terceira alteração do Decreto-Lei n.º 309/2002, de 16 de Dezembro, que regula a instalação e o financiamento de recintos de espetáculos, no âmbito das competências das câmaras municipais.
- Decreto-Lei n.º 50/2013, de 16 de abril, Novo regime de disponibilização, venda e consumo de bebidas alcoólicas em locais públicos e em locais abertos ao público.
- Decreto-Lei n.º 4/2015, de 07 de janeiro, Código do Procedimento Administrativo, e ulteriores alterações.
- Lei n.º 27/2006, de 03 de julho, Lei de Bases da Proteção Civil.
- Lei n.º 75/2013, de 09 de setembro, Regime jurídico das autarquias locais, aprova o estatuto das entidades intermunicipais.
- Lei n.º 58/2019, de 8 de agosto, que assegura a execução, na ordem jurídica nacional, do Regulamento (EU) 2016/679 do Parlamento Europeu e do Conselho, de 27 de abril de 2016, relativo à Proteção das Pessoas Singulares, no que diz respeito ao Tratamento de Dados Pessoais e à Livre Circulação desses Dados.
- Regulamento (UE) 2016/679 do Parlamento Europeu e do Conselho, de 27 de abril de 2016, relativo à proteção das pessoas singulares no que diz respeito ao tratamento de dados pessoais e à livre circulação desses dados e que revoga a Diretiva 95/46/CE (Regulamento Geral sobre a Proteção de Dados).

